



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Fernando Martins

37
242

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0189209-5/02

EMBARGANTE: UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S.A

EMBARGADO: OSÍRIS LINS CALDAS NETO

RELATOR : DES. FERNANDO MARTINS

SEXTA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – ALEGAÇÃO DE OMISSÃO POR INEXISTÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO EXPRESSA SOBRE OS DISPOSITIVOS LEGAIS APONTADOS - PRETENSÃO DE MODIFICAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO – MATÉRIA EXAMINADA À SACIEDADE – EMBARGOS CONHECIDOS EM RAZÃO DO PRÉ-QUESTIONAMENTO, PORÉM, REJEITADOS - DECISÃO UNÂNIME.

- Pretensão do embargante em transmudar a decisão com vistas à modificação do conteúdo da matéria. Ausência dos vícios elencados no art. 535 do CPC.
- Aclaratórios conhecidos, tão somente para fins de pré-questionamento, porém rejeitados, à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº0189209-5/02, em que é embargante UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S/A e embargado OSÍRIS LINS CALDAS NETO ;

Acordam os Desembargadores que compõem a Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em conhecer dos embargos de declaração, tão somente, para efeito de pré-questionamento, mas negando-lhes provimento, tudo em conformidade com as inclusas notas taquigráficas que integram o presente julgado.

Recife, 18 de 07 de 2010.


DES. FERNANDO MARTINS
RELATOR

rcfma



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

38
D

242/A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0189209-5/02
EMBARGANTE: UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
EMBARGADO: OSIRIS LINS CALDAS NETO
RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS
Sexta Câmara Cível

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração manejados em face do acórdão que negou provimento ao agravo legal em recurso de apelação.

Alega, o Banco embargante, omissão em relação ao disposto no tópico que trata sobre o estrito cumprimento do dever legal, não havendo o que se falar em lesão a direito adquirido.

Aduz, que não houve por parte das instituições bancárias, enriquecimento sem causa, razão porque a pretensão do autor fere o princípio constitucional da proporcionalidade, que espera seja reconhecido.

Requer, por fim, sejam corrigidas as questões omitidas, inclusive para fins de prequestionamento.

É o relatório.

Recife, 18 de 07 de 2010.


DES. FERNANDO MARTINS
RELATOR

rcfms




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

39
A

243

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0189209-5/02
EMBARGANTE: UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
EMBARGADO: OSIRIS LINS CALDAS NETO
RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS
Sexta Câmara Cível

VOTO

Ao exame dos autos, não se vislumbra qualquer omissão no acórdão recorrido, visto que o julgador não está obrigado a combater todas as formulações como se de um questionário se tratasse, e nem a ficar apontando artigos de lei se, nas razões de decidir, já embasou, satisfatoriamente, os motivos que determinaram o seu convencimento. Ademais, na Decisão Terminativa de fls. 178/183 dos autos do Recurso de Apelação houve posicionamento exposto a respeito dos aspectos trazidos para análise, inclusive no tocante a suscitada afronta à Constituição Federal.

Dessa forma, a fundamentação do julgado se mostra suficientemente clara para a resolução da lide.

De pronto, esclareço que o magistrado tem o dever, e este foi, diligentemente, cumprido, de analisar e solucionar o conflito submetido ao Poder Judiciário, fundamentando, adequadamente, a decisão, motivo pelo qual conheço dos presentes aclaratórios, apenas para o fim de pré-questionamento, mas, no juízo de mérito, negolhes provimento.

É como voto.

Recife, 14 de 05 de 2010.


DES. FERNANDO MARTINS
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Fernando Martins

37
243/A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0189209-5/02

EMBARGANTE: UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S.A

EMBARGADO: OSÍRIS LINS CALDAS NETO

RELATOR : DES. FERNANDO MARTINS

SEXTA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – ALEGAÇÃO DE OMISSÃO POR INEXISTÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO EXPRESSA SOBRE OS DISPOSITIVOS LEGAIS APONTADOS - PRETENSÃO DE MODIFICAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO – MATÉRIA EXAMINADA À SACIEDADE – EMBARGOS CONHECIDOS EM RAZÃO DO PRÉ-QUESTIONAMENTO, PORÉM, REJEITADOS - DECISÃO UNÂNIME.

-Pretensão do embargante em transmutar a decisão com vistas à modificação do conteúdo da matéria. Ausência dos vícios elencados no art. 535 do CPC.

-Aclaratórios conhecidos, tão somente para fins de pré-questionamento, porém rejeitados, à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº0189209-5/02, em que é embargante UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros S/A e embargado OSÍRIS LINS CALDAS NETO ;

Acordam os Desembargadores que compõem a Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em conhecer dos embargos de declaração, tão somente, para efeito de pré-questionamento, mas negando-lhes provimento, tudo em conformidade com as inclusas notas taquigráficas que integram o presente julgado.

Recife, 18 de 08 de 2010.

[Assinatura]
DES. FERNANDO MARTINS
RELATOR

rcfmas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

38
244

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0189209-5/02
EMBARGANTE: UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
EMBARGADO: OSIRIS LINS CALDAS NETO
RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS
Sexta Câmara Cível

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração manejados em face do acórdão que negou provimento ao agravo legal em recurso de apelação.

Alega, o Banco embargante, omissão em relação ao disposto no tópico que trata sobre o estrito cumprimento do dever legal, não havendo o que se falar em lesão a direito adquirido.

Aduz, que não houve por parte das instituições bancárias, enriquecimento sem causa, razão porque a pretensão do autor fere o princípio constitucional da proporcionalidade, que espera seja reconhecido.

Requer, por fim, sejam corrigidas as questões omitidas, inclusive para fins de prequestionamento.

É o relatório.

Recife, 18 de 07 de 2010.


DES. FERNANDO MARTINS
RELATOR

rcfms




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

34
1

245

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0189209-5/02
EMBARGANTE: UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
EMBARGADO: OSIRIS LINS CALDAS NETO
RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS
Sexta Câmara Cível

VOTO

Ao exame dos autos, não se vislumbra qualquer omissão no acórdão recorrido, visto que o julgador não está obrigado a combater todas as formulações como se de um questionário se tratasse, e nem a ficar apontando artigos de lei se, nas razões de decidir, já embasou, satisfatoriamente, os motivos que determinaram o seu convencimento. Ademais, na Decisão Terminativa de fls. 178/183 dos autos do Recurso de Apelação houve posicionamento expreso a respeito dos aspectos trazidos para análise, inclusive no tocante a suscitada afronta à Constituição Federal.

Dessa forma, a fundamentação do julgado se mostra suficientemente clara para a resolução da lide.

De pronto, esclareço que o magistrado tem o dever, e este foi, diligentemente, cumprido, de analisar e solucionar o conflito submetido ao Poder Judiciário, fundamentando, adequadamente, a decisão, motivo pelo qual conheço dos presentes aclaratórios, apenas para o fim de pré-questionamento, mas, no juízo de mérito, negolhes provimento.

É como voto.

Recife, 11 de 07 de 2010.


DES. FERNANDO MARTINS
RELATOR